

PBH  TIVOS

CARTA ANUAL DE

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Aprovada pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2026



IDENTIFICAÇÃO GERAL DA PBH ATIVOS S.A.

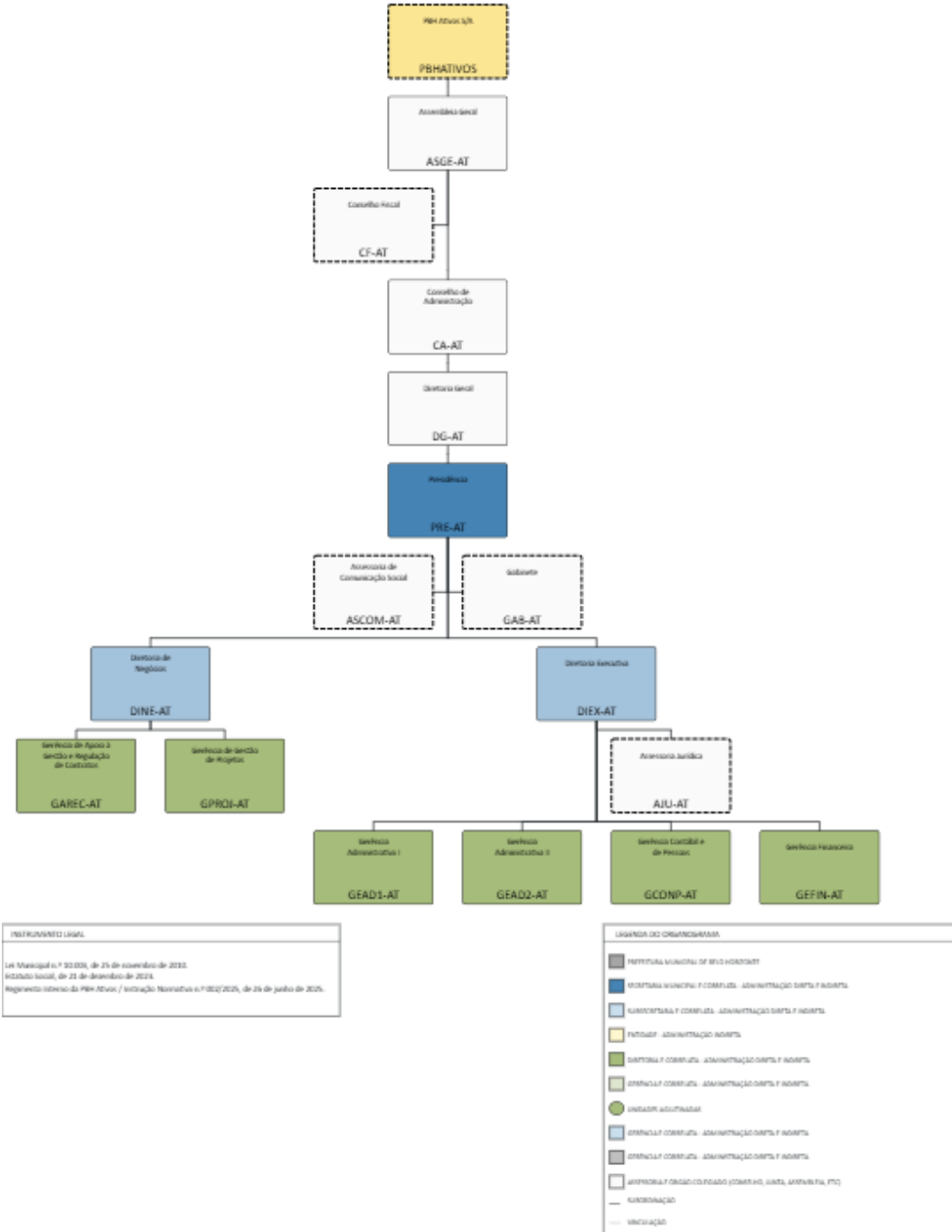
- CNPJ: 13.593.766/0001-79
- Sede: Rua Espírito Santo nº 605, 10º andar. Centro. Belo Horizonte/MG
- Tipo de estatal: Menor porte, nos termos do §1º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303/2016
- Tipo societário: Sociedade Anônima
- Tipo de capital: Fechado
- Acionista controlador: Município de Belo Horizonte
- Composição acionária: Município de Belo Horizonte 99,99950713% das ações, Prodabel 0,00024506% e BHTrans 0,00024781%
- Abrangência de atuação: Nacional. De acordo com a Lei Municipal nº 11.065, de 1º de agosto de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 11.801, de 2 de janeiro de 2025, a PBH Ativos fica autorizada a auxiliar órgãos e entidades da administração pública de outros entes federativos na formulação e na implementação de projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas - PPPs, desestatização, parcerias em geral e outros projetos de interesse público.
- Setores de atuação: (i) Primário: Securitização de créditos. (ii) Secundários: administração de obras; outras sociedades de participação; gestão e administração da propriedade imobiliária; atividades de consultoria em gestão empresarial; serviços de engenharia; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; administração pública em geral.
- Diretor Presidente: Lucas Antônio Martinez de Fáveri, (31) 3246-7044, lucas.faveri@pbhativos.com.br.
- Auditores Independentes: Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S



- Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa: Pedro Meneguetti, André Abreu Reis, Leonardo de Araújo Ferraz, Valéria Maria Monteiro Delgado, Danilo Borges Matias, Leonardo Amaral Castro, Mariana Chaves Batista.
- Data utilizada como referência de dados: 31/12/2025.

ORGANOGRAMA

- **Assembleia Geral (ASGE-AT)**
- **Conselho Fiscal (CF-AT)**
- **Conselho de Administração (CA-AT)**
- **Diretoria Geral (DG-AT)**
- **Presidência (PRE-AT)**
- Gabinete (GAB-AT)
- Assessoria de Comunicação Social (ASCOM-AT)
- **Diretoria de Negócios (DINE-AT)**
- Gerência de Gestão de Projetos
- Gerência de Apoio à Regulação de Contratos
- **Diretoria Executiva (DIEX-AT)**
- Assessoria Jurídica (AJU-AT)
- Gerência Financeira (GEFIN-AT)
- Gerência Administrativa I (GEAD1-AT)
- Gerência Administrativa II (GEAD2-AT)
- Gerência Contábil e de Pessoal (GCONP-AT)



INSTRUMENTO LEGAL
 Lei Municipal n.º 20.026, de 25 de novembro de 2020.
 Estatuto Social, de 21 de dezembro de 2020.
 Regulamento Interno da PBH ATIVOS / Instrução Normativa n.º 002/2020, de 25 de junho de 2020.

LEGENDA DE CROMATOGRAFIA

- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO HORizonte
- SECRETARIA MUNICIPAL DE COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- SUBSECRETARIA DE COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- FUNDADOR, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- UNIDADE ADMINISTRATIVA
- DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE NEGÓCIOS
- DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO/DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, UNIDADE ADMINISTRATIVA, FUNDADOR
- SUBORDINAÇÃO
- VINCULAÇÃO



SUMÁRIO

CAPÍTULO I - AS POLÍTICAS PÚBLICAS	6
1. Interesse público	6
2. Políticas públicas	6
3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas	7
4. Recursos para custeio das políticas públicas	11
5. Impactos na operacionalização das políticas públicas	1 Erro! Indicador não definido.
6. Comentários dos administradores	12
CAPÍTULO II - A GOVERNANÇA CORPORATIVA	13
1. Resultados Financeiros	13
2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco	13
3. Fatores de Risco	16
4. Remuneração	17
5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	18
6. Políticas e práticas de governança corporativa	18
7. Descrição da composição e da remuneração da alta administração	21
8. Plano de Cargos e Salários e realização de concurso público	22
9. Planejamento Estratégico 2025-2029	23
APROVAÇÃO	24



CAPÍTULO I – AS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Interesse público

A PBH Ativos, conforme Leis Municipais 10.003/2010 e 11.065/2017, é uma empresa estatal que oferece suporte técnico especializado à Administração Pública na execução das políticas públicas e captação de recursos para viabilizar projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

A Empresa é responsável por auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; estruturar e implementar operações que visem a obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, nesse sentido, dar garantias ou assumir obrigações; custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

É autorizada a auxiliar órgãos e entidades da administração pública de outros entes federativos na formulação e na implementação de projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas – PPPs, desestatização, parcerias em geral e outros projetos de interesse público.

2. Políticas públicas

A PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas, mas auxilia a Administração Pública, com sua expertise no apoio à gestão de contratos e no desenvolvimento de estudos de modelagem de permissões,



concessões e PPPs, com a finalidade de garantir a viabilidade econômico-financeira e jurídica de projetos que possibilitam ao Município de Belo Horizonte, e outros entes, executar suas políticas públicas visando a promoção do seu desenvolvimento.

Em Belo Horizonte, nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas de Belo Horizonte, compete à PBH Ativos prover suporte técnico ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP) com atribuições de: (i) coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação; (ii) prestar assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP e (iii) coordenar o processo de negociação envolvendo pleitos e questões econômico-financeiras que possam gerar aditivos contratuais, atuando como mandatária do Município nos limites previamente estipulados pelo CGP.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Há compromissos pactuados com o Município de Belo Horizonte que possuem expectativa de conclusão e de importantes desdobramentos em 2026. São eles:

- a. **Complexo Pampulha:** estruturação de projeto de concessão do Complexo da Pampulha, que pode incluir os equipamentos públicos da orla da lagoa, espelho d'água e Parque Ecológico;
- b. **Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (PPP do HMDCC):** apoio à gestão e acompanhamento da execução do Contrato; e acompanhamento do procedimento arbitral deflagrado pela Concessionária;
- c. **Valuation e negociação Copasa:** assessoramento do Município na negociação do contrato de concessão dos serviços de saneamento básico com a Copasa, tendo em vista a iminente desestatização desta Companhia;



- d. **PPP Limpeza Urbana:** revisão das modelagens operacional, econômico-financeiro e jurídica referentes ao projeto, que visa a celebração de contrato de PPP para os serviços de limpeza urbana; realização de Sondagem de Mercado; elaboração da modelagem referencial para Audiência e Consulta Públicas; conclusão da modelagem do projeto;
- e. **Parque de Reciclagem:** estruturação de modelo de parceria para viabilizar a gestão, a operação e a manutenção da Usina de Reciclagem, composta pela Estação de Reciclagem de Entulho (ERE) e pela Unidade de Triagem e Compostagem (UTC), ambas localizadas no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS BR-040;
- f. **PPP da Atenção Primária da Saúde (PPP da APS):** apoio à gestão e acompanhamento da execução do Contrato;
- g. **PPP Iluminação Pública (PPP IP):** apoio à gestão e acompanhamento da execução do Contrato;
- h. **PPP da Educação:** apoio à gestão e acompanhamento da execução do Contrato;
- i. **Baixios de Viaduto:** acompanhamento da requalificação do Baixo C do Viaduto Santa Tereza; acompanhamento do Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI) para os demais baixios de viaduto;
- j. **Mercados Municipais:** apoio à gestão dos contratos de concessão de uso do Mercado Distrital de Santa Tereza e Bairro Padre Eustáquio (Feira Coberta do Padre Eustáquio – FECOPE), e do Mercado Distrital do Cruzeiro e Distrital do Bairro São Paulo (Feira Coberta do bairro São Paulo – FECOSP);
- k. **MIP PPP Social:** analisar a documentação decorrente do procedimento de Manifestação de Interesse Privado (MIP) para a apresentação de estudos, projetos e propostas para a celebração de Parceria Público-Privada (PPP) para a para construção, manutenção e operação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Esportiva para Pessoas com Deficiência (CREPPD) e Centros de Referência da Pessoa Idosa (CRPI);



- l. **MIP Mobiliário Urbano:** analisar a documentação decorrente do procedimento de Manifestação de Interesse Privado (MIP) para a apresentação de estudos, projetos e propostas para a concessão de serviços públicos relacionados ao mobiliário urbano da cidade;
- m. **Start-ups:** conclusão do 1º Ciclo de Inovação (BH Lab); e publicação do 2º Ciclo;
- n. **Hospital Odilon Behrens:** estruturação de permissão de uso de espaço físico para a instalação de uma lanchonete nas dependências do Hospital Odilon Behrens;
- o. **Energias renováveis:** elaboração dos documentos referenciais para a contratação de energia elétrica de média tensão no mercado livre de energia;
- p. **Campos de Futebol:** acompanhamento dos contratos de concessão de uso já celebrados e concessão de novos campos.

A PBH Ativos está apta ainda, a atuar, sob demanda, nos Projetos Transformadores do Município de Belo Horizonte, considerados estratégicos, tais como:

- População em Situação de Rua
- Aumento da Aprendizagem Educacional
- Resiliência e Mudança Climática
- Revitalização do Centro e Lagoinha
- Modernização do Atendimento Básico à Saúde
- Revitalização de Vilas e Favelas
- Cidade Inteligente
- Gestão do Anel Rodoviário
- Simplificação do Licenciamento de Obras e Eventos
- Revitalização dos Campos de Futebol
- Aumento da Sensação de Segurança
- Melhoria do Transporte Público



Quanto à gestão e administração de patrimônio imobiliário, a empresa pretende se estruturar em 2026 para uma atuação mais efetiva e eficiente.

A PBH Ativos também está apta a apoiar outros entes públicos, considerando o art. 48 da Lei Municipal 11.065 de 2017. Para tanto, a Empresa iniciou a captação comercial e está trabalhando em sua reforma administrativa para sua adequação organizacional e de pessoal.

Para ser reconhecida como uma empresa sólida, de vanguarda e importante para o desenvolvimento de políticas públicas essenciais, com excelência, responsabilidade e ética profissional, a PBH Ativos está, em 2026, fortalecendo o diálogo com os principais atores do setor de infraestrutura, poder público, investidores e especialistas, para apresentar a atuação da PBH Ativos ao longo de mais de uma década.

O objetivo é criar vínculos institucionais para apoiar a administração pública na viabilização de projetos de infraestrutura com segurança jurídica e eficiência, acompanhando de perto as tendências regulatórias e de mercado, além de identificar oportunidades concretas para ampliar a atuação da empresa como parceira estratégica de órgãos e entidades públicos em todo o país, oferecendo suporte técnico especializado para a execução de políticas públicas, por meio de soluções integradas e inovadoras.

Nesse sentido, parcerias estão em desenvolvimento, tais como:

- Caixa
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)
- Empresas estatais
- Fundações Universitárias

E ainda, Acordos de Cooperação Técnica Internacional:

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)



Para o atingimento das metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas a empresa concluirá uma pré-qualificação permanente de pessoas jurídicas e consórcios visando à futura contratação, por meio de licitações restritas, de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação, modelagem, gestão e comunicação de projetos de infraestrutura, concessões e parceria público-privadas.

4. Recursos para custeio das políticas públicas

É importante reforçar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. A empresa auxilia a Administração Pública, observando o estabelecido na legislação de referência e no seu Planejamento Estratégico.

A Companhia se mantém firme no propósito de buscar o equilíbrio financeiro exigido de uma empresa que pretende se manter saudável, sem onerar os cofres municipais, atuando em conformidade com seus valores e em busca da realização de sua missão institucional.

Por esta razão o sucesso das parcerias institucionais e da pré-qualificação de consultores em 2026 são cruciais para o desenvolvimento de bons negócios.

5. Impactos na operacionalização das políticas públicas

A operacionalização de importantes políticas públicas perpassa pela expertise da PBH Ativos. As tomadas de decisão são sustentadas por detalhados estudos de viabilidade econômico-financeira e levam em consideração os benefícios gerados aos munícipes, o impacto social, o menor custo e o ganho de eficiência para o ente público.

A atuação da empresa propicia a oferta de verdadeiros dividendos sociais por meio de projetos intersetoriais, estruturados e/ou garantidos pela PBH Ativos, em diversas áreas de atuação, como:

- Educação



- Saúde
- Iluminação pública e energias renováveis
- Esporte e Lazer
- Mobilidade
- Requalificação urbana
- Ciclos de Inovação (baseado na Lei Complementar nº 182/2021, que instituiu o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador).

6. Comentários dos administradores

Os ganhos experimentados pela população com o trabalho desenvolvido pela empresa reforçam e consolidam a importância e aderência do seu objeto social aos objetivos perseguidos pela empresa.

A PBH Ativos reforça seu objetivo de, em 2026, seguir desenvolvendo as atividades estabelecidas em seu objeto social com excelência, inovação e eficiência, ferramentas importantes para o desenvolvimento sustentável, apresentando resultados não apenas no âmbito do município de Belo Horizonte, mas ampliando sua atuação para novos órgãos e entidades da Administração Pública nacional. E para tanto, fortalecerá parcerias institucionais e revisará seu arcabouço organizacional.

A expectativa é a de manter a boa atuação durante todo o ano, buscando ampliar seus negócios para sua manutenção nos próximos exercícios, sempre com amparo em seus valores: ética, comprometimento, excelência, inovação, governança e transparência.



CAPÍTULO II – A GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. Resultados Financeiros

Em 2025, as receitas operacionais da Companhia totalizaram R\$10,5 milhões, sendo R\$7,5 milhões provenientes da atualização do saldo credor do fluxo de recebíveis da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG e R\$3 milhões gerados por serviços de modelagem financeira e assessoramento jurídico prestados.

A Companhia apurou, ainda, receitas financeiras líquidas de R\$49,7 milhões, principalmente decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras. Consideradas as despesas operacionais e os tributos do período, o lucro líquido contábil do exercício foi de R\$34,0 milhões.

No fechamento de 2025, a PBH Ativos apresentou caixa e equivalentes de caixa de R\$81,5 milhões, montante suficiente para o cumprimento dos compromissos financeiros, incluindo pagamentos a fornecedores, salários, impostos e demais despesas operacionais.

Durante o exercício de 2025, com anuência da auditoria independente, a aplicação financeira CEF nº 577100617, no montante de R\$ 132,7 milhões, foi reclassificada para o ativo não circulante, por não integrar a gestão de caixa operacional da Companhia, sendo mantida com destinação institucional específica, de modo a refletir adequadamente a disponibilidade efetiva de recursos para o giro operacional.

O objetivo para 2026 é se reestruturar para se posicionar no mercado, ampliando sua atuação e buscando garantir sua continuidade como estatal não-dependente do Tesouro.

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

A administração da PBH Ativos é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado.



Enquanto sociedade anônima de capital fechado integrante da Administração Indireta, a Companhia é submetida à legislação societária pertinente, em especial às Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, e às imposições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No âmbito municipal, segue as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), que traça estratégias para as empresas estatais que possuem participação acionária do Município de Belo Horizonte, em conformidade com os termos do Decreto Municipal nº 16.729/2017.

A Companhia atua no sentido de atender às melhores práticas de governança corporativa¹, o que inclui o compromisso com a transparência, que orientam a gestão e os empregados.

As questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos corporativos são de competência do Conselho de Administração, que é o órgão responsável por definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos institucionais e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Sociedade, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

A Diretoria, por sua vez, propõe ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Empresa, sempre comprometida com a implementação das estratégias e diretrizes da Sociedade respeitando as melhores práticas de governança corporativa e políticas internas, patrocinando, ainda, a implantação da gestão de riscos operacionais da sociedade alocando recursos necessários às atividades de gerenciamento de riscos.

As ações da alta administração ainda são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei Federal 6.404/1976 e Estatuto.

A Companhia conta com auditoria independente, contratada mediante licitação, que realiza o acompanhamento da gestão e a auditoria do balanço semestralmente.

¹ <https://www.ibgc.org.br/>



Em sua rotina operacional, cada unidade da Empresa possui controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais, pagamentos e outros.

A Empresa segue utilizando sistema de gestão - ERP, otimizando os processos que são adaptados às necessidades específicas da PBH Ativos. Os aprendizados ao longo desse processo incluem compreensão das operações, adaptação às mudanças no ambiente tecnológico, identificação de pontos de melhoria e aprimoramento contínuo.

O modelo de controle e gestão dos processos e rotinas sistêmicas abrange desde o processo de contratação de Produtos e Serviços, Folha de Pagamento, Contas a Receber e Contas a Pagar, Gestão Orçamentária, Contabilização e Registros Fiscais.

Durante o ano de 2026 será dada continuidade ao processo de melhoria dos processos internos, visando a consolidação do sistema de gestão da qualidade.

No âmbito do controle externo, a PBH Ativos participa de audiência pública, anualmente, perante as Comissões de Administração Pública ou Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Além disso, a Secretaria Municipal de Fazenda, órgão ao qual a PBH Ativos está tecnicamente vinculada, a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais procedem à fiscalização pontual das atividades da Empresa, sempre que necessário.

3. Fatores de Risco

Quanto à gestão dos riscos na PBH Ativos, o principal objetivo é a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente os objetivos estratégicos e a perenidade da Empresa.

Durante o ano de 2025 houve o monitoramento e acompanhamento da gestão de riscos da Companhia, tema que compõe a pauta permanente das reuniões do Conselho de Administração.



Os riscos, uma vez identificados, são analisados e tratados pela PBH Ativos. Aqueles que merecem mais destaque são regularmente submetidos ao Conselho de Administração, sendo que o de maior relevância envolve a análise da perenidade da Companhia, tendo em vista o término da operação de securitização, e a necessidade de celebração de novos negócios.

Os riscos de integridade são tratados no âmbito do Programa de Fomento à Integridade Pública (PFIP), de iniciativa da Controladoria Geral do Município (CTGM), ao qual a PBH Ativos aderiu, e é amparado no Código de Ética e Integridade e na Política de Integridade e Anticorrupção. Nessa seara, a PBH Ativos possui o selo de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), de iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução da Rede de Controle nos Estados, patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A PBH Ativos possui um plano de ação para promover a Integridade e a Ética no ambiente de trabalho. Pensando em gestão de riscos de integridade, uma campanha segue em realização, em observância aos princípios e fundamentos da ética, com as seguintes ações:

- a) Difundir, de forma contínua, as diretrizes do código de conduta, políticas e procedimentos internos da Companhia;
- b) Ampliar a comunicação interna, estabelecendo canais eficazes de comunicação para divulgação de assuntos de ética e integridade para criar conexão dos Colaboradores com o tema, além de mensagens motivacionais, dicas de trabalho, LGPD e de segurança de informação;
- c) Divulgar de forma constante o Canal de Denúncias da PBH Ativos, o seu objetivo e funcionalidade;
- d) Promover Webinars com palestrantes externos e realizar pesquisas interativas sobre o código de conduta, as políticas, procedimentos e leis aplicáveis;



e) Promover momentos de diálogos transparentes, frequentes e produtivos entre os gestores e colaboradores, como por exemplo a reunião 1 x 1 realizada entre os gestores e seus subordinados;

f) Realizar acompanhamento periódico com colaboradores e gestores; identificar/avaliar condutas e práticas inadequadas.

A matriz de riscos da empresa em 2026 passará por uma revisão, em decorrência do ajuste de rota empresarial que será materializado no novo Plano Estratégico.

4. Remuneração

A remuneração dos empregados e administradores da sociedade é norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos e empregados do Município de Belo Horizonte, não obstante, conforme já explicitado, a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A remuneração dos empregados observa acordos e/ou convenções coletivas de trabalho celebradas anualmente, seguindo também as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), nos termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais n. 6.404/1964 e n. 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n. 10.003/2010.

O regime de trabalho dos empregados é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos o recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como o pagamento de gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos estatutários.



A remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e empregados é divulgada no site institucional².

A ideia é, ainda em 2026, reestruturar modelo de remuneração para que fique mais condizente com a realidade do mercado das empresas estatais estruturadoras de projetos de infraestrutura, em especial diante da não-dependência do Tesouro Municipal.

5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O Conselho de Administração entende que a PBH Ativos vem atuando satisfatoriamente, com propriedade técnica, na consecução dos seus objetivos sociais, considerando, em especial:

- a) Garantias nas PPPs: a PBH Ativos garante os contratos de concessão administrativa da Educação, do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro e da Atenção Primária, nos valores de R\$7.115.428,37, R\$112.940.967,00 e R\$35.327.834,12, respectivamente, em 31/12/2025.
- b) Apoio à gestão de contratos e modelagem de projetos: realizada conforme contratos e termos de mútua cooperação celebrados com os órgãos do Município, oportunidade em que a empresa é ressarcida/reembolsada pelas despesas incorridas e cuja metodologia de cobrança foi deliberada pelo Conselho de Administração.

6. Políticas e práticas de governança corporativa

Em atenção às boas práticas de governança corporativa, a PBH Ativos observa uma série de políticas, aplicáveis conforme o enquadramento da Companhia em estatal de maior ou de menor porte:

- a) Código de Conduta Ética e de Integridade

² Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>



- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Distribuição de Dividendos
- d) Política de Gestão de Pessoas
- e) Política de Gestão de Riscos
- f) Política de Integridade e Anticorrupção
- g) Política de Porta Vozes
- h) Política de Divulgação de Informações
- i) Política de Transação com Partes Relacionadas (revisada em 2024)
- j) Política de Indicação e Avaliação
- k) Programa de Integridade
- l) Política de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- m) Política de Combate ao Assédio
- n) Plano de Integridade
- o) Plano de Comunicação

Além disso, são observados os Regimentos da Diretoria Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que aprimoram o funcionamento dessas instâncias. Outros instrumentos basilares de atuação da PBH Ativos são o Estatuto e o Regimento Interno.

O Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos estabelece os princípios e normas de conduta aplicáveis aos agentes vinculados de qualquer forma e período à PBH Ativos, com o objetivo de disseminar valores éticos, de lisura e integridade, inclusive à alta administração.

Observa-se, ainda, atenção para com os canais de denúncia e preocupação da Companhia com a proteção do anonimato e com a adoção de mecanismos que impeçam qualquer espécie de retaliação ao possível denunciante.



Todas essas políticas e ações reforçam o compromisso com a transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, que são princípios basilares para a governança da PBH Ativos.

A PBH Ativos faz parte do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) e busca aprimorar cada vez mais seus padrões de integridade, implementar as boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção, monitoramento e transparência.

No aspecto transparência, a Companhia também executou o Plano de Dados Abertos³ e atualizará o PDA para o próximo biênio 2026–2027. O PDA contempla o planejamento para publicação de dados, em formato aberto, de dados públicos produzidos ou custodiados nos sistemas de informação da PBH Ativos.

Como participante do Programa de Fomento à Integridade Pública e à Gestão de Riscos, a PBH Ativos está em constante treinamento oferecido pela Controladoria Geral do Município.

Em relação ao BH Digital, a Companhia recebeu, em 2025, 25 (vinte e cinco) solicitações baseadas na Lei de Acesso à Informação (LAI). O objetivo para 2026 é manter as respostas no prazo determinado pela referida lei, reforçando seu compromisso com a transparência.

Ademais, a PBH Ativos conta com uma Política de Proteção de Dados Pessoais, e divulga anualmente o Relatório de Impacto à Proteção dos Dados Pessoais (RIPD), em observância ao Art. 5º, inciso XVII da Lei 13.709/2018.

Em 2026 a empresa segue compromissada com: i) ampliação das competências técnicas e comportamentais de seus agentes; ii) maior engajamento dos agentes na condução dos projetos; iii) redução nos prazos de entrega dos serviços; iv) aumento da eficácia nos processos; v) mapeamento e modelagem de novos processos; vi) observância de uma Política de Qualidade orientada na eficácia e redução dos custos; e vii) uso de tecnologia.

³ Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/dadosabertos/>



Esta iniciativa reafirma o compromisso da PBH Ativos com a qualidade, pois, promove a satisfação de seus agentes públicos internos e entidades parceiras da Administração direta e indireta do Município.

7. Descrição da composição e da remuneração da alta administração⁴

A remuneração dos Administradores da sociedade é atualmente norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos do Município de Belo Horizonte, não obstante a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n 10.003/2010, e com as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), nos termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

É assegurado aos Diretores eleitos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

NOME	REMUNERAÇÃO DO CARGO (R\$ EM 31/12/2025)
Conselheiros de Administração em exercício	
André Abreu Reis	4.907,72
Danilo Borges Matias	4.907,72
Leonardo Amaral Castro	4.907,72
Leonardo de Araújo Ferraz	4.907,72
Mariana Chaves Batista	4.907,72
Pedro Meneguetti	4.907,72

⁴ Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>



Valéria Maria Monteiro Delgado	4.907,72
Conselheiros Fiscais em exercício	
Nourival de Souza Resende Filho	2.383,75
Yuri Max Barbosa Souto	2.383,75
Izabela Boaventura Cruz	2.383,75
Eliane Denise Parreiras Oliveira	2.383,75
Carla de Cassia Reis	2.383,75
Diretores em exercício	
Lucas Antônio Martinez de Fáveri	23.184,71
Roberta Hygino Roletti Zimmer	19.032,23
Gilberto Silva Ramos	19.032,23

A ideia, como anteriormente citado, é, ainda em 2026, reestruturar modelo de remuneração para que fique mais condizente com a realidade do mercado das empresas estatais estruturadoras de projetos de infraestrutura, em especial diante da não-dependência do Tesouro Municipal.

8. Plano de Cargos e Salários e realização de concurso público

O Plano de Cargos e Salários da PBH Ativos segue vigente. É de extrema importância para a empresa conseguir reter talentos a longo prazo, possibilitando definir metas mais desafiadoras que contribuirão para o sucesso do negócio e na carreira dos profissionais efetivos.

A empresa reconhece que um plano de cargos e salários valoriza a imagem da organização perante os seus empregados, além de favorecer aqueles que geram resultados para a empresa através de critérios justos e sem preterição de pessoas.

O Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal da PBH Ativos S.A., regido pelo Edital nº 001/2024, também segue vigente, com as convocações dos candidatos aprovados e classificados, de acordo com a demanda da Empresa. Ressalta-se, por fim, que as vagas remanescentes, que conferem direito subjetivo à nomeação, serão devidamente preenchidas dentro do prazo de validade do certame.



9. Planejamento Estratégico 2025–2029

A empresa vive um momento estratégico singular. Deixa de ser apenas um braço operacional voltado ao Município de Belo Horizonte para afirmar-se como uma plataforma pública de inteligência, estruturação e gestão de projetos, com capacidade de atuação:

- No território da Prefeitura de Belo Horizonte;
- Na Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- No Estado de Minas Gerais;
- E, em escala nacional, junto a outros municípios, estados, entes públicos e privados.

Essa transição vai muito além de iniciativas pontuais. Demanda uma estratégia-mestra clara e integrada, capaz de sustentar o crescimento institucional, fortalecer a autoridade pública da empresa, assegurar a geração recorrente de receitas próprias e consolidar sua segurança política e jurídica no médio e longo prazo.

Para tanto, são objetivos:

- Definir a estratégia de negócio da PBH Ativos
- Estruturar a arquitetura macro do portfólio
- Mapear públicos estratégicos e critérios de decisão
- Desenvolver sistema completo de marca
- Construir narrativa institucional unificada
- Redesenhar a estrutura organizacional
- Estruturar modelo de cargos e remuneração total
- Capacitar lideranças
- Organizar plano de ação estruturante

Para tal ajuste de rota, a empresa deverá contar com apoio de consultoria(s) que apoiará(ão) na implementação desses objetivos.

O novo Plano Estratégico da PBH Ativos e os demais objetivos apresentados, serão trabalhados com prioridade neste 2026.



APROVAÇÃO

A presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, com a explicitação dos compromissos pela empresa foi aprovada pelos administradores em 04 de março de 2026.



(Folha de assinaturas da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da PBH Ativos S.A. - 2026)

Diretoria Geral:

Lucas Antônio Martinez de Fáveri

Gilberto Silva Ramos

Roberta Hygino Roletti Zimmer

Conselheiros de Administração:

Pedro Meneguetti

André Abreu Reis

Danilo Borges Matias

Leonardo Amaral Castro

Leonardo de Araújo Ferraz

Mariana Chaves Batista

Valéria Maria Monteiro Delgado

Breno Alves Galvão

Bruno Leonardo Passeli